CÓDIGO 1000 - EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Alcione Aguiar Souza[(1)]
Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais, Especialização em Projetos Sociais Urbanos pela UFMG, Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação pelo Centro Universitário UNA (2016). Tem experiência na área de Educação Ambiental e Educação Alimentar e Nutricional. Trabalhou no Departamento de Gestão Ambiental da UFMG coordenando projetos socioambientais de extensão universitária nas áreas de gestão de resíduos, gestão de águas e educação ambiental.
Ari Silva Gobira[(2)]
Graduado em Ciências Biológicas, especialista em Gestão Ambiental de Resíduos Sólidos pela PUC Minas. Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, pelo Centro Universitário UNA. É Analista de Meio Ambiente da Brandt Meio Ambiente, atuando como líder de HUB Humanidades. É responsável pela Coleção Caderno do Educador Ambiental. Integrante do quadro de Especialista, na área de Educação Ambiental, do Conselho Regional de Biologia - 4ª Região.

Endereço[(1)]**:** Rua Engenho de Dentro, 528, Apto 1504, - Caiçara – Belo Horizonte - MG - CEP: 30.755-480 - Brasil - Tel: +55 (31) 99814-4385 - e-mail: **alcionesol@gmail.com.**

RESUMO

Dentre as funções da educação está o importante objetivo de preparar os indivíduos para que atuem no meio em que vivem. Para alcançar tais objetivos, a UNESCO propõe uma nova visão de educação, a qual acompanharia o indivíduo ao longo da vida em uma abordagem humanista, holística, interdisciplinar e transversal para que a aprendizagem aconteça, seja incorporada e compreendida como parte integrante da vida real da sociedade. Uma das metas educacionais é educar para reduzir os desafios atuais e futuros nas dimensões sociais, ambientais, culturais, políticas e econômicas em escala global. Nesse contexto faz-se necessário discutir a educação que forma cidadãos para atuarem e transformarem sua realidade. O objetivo deste trabalho é discutir a educação para o desenvolvimento com foco na sustentabilidade socioambiental. A metodologia utilizada será a revisão bibliográfica. Concluiu-se que a Educação Socioambiental e a Educação para o Desenvolvimento Sustentável são calcadas nas bases da Educação Cidadã. Essas preparam os sujeitos para tratarem questões e demandas sociais, sejam elas locais ou globais, conforme a proposta da Agenda da Educação 2030, sendo necessário um novo entendimento da teoria e da prática educativa: que oportunize ao aluno tanto o conhecimento dos conteúdos escolares, quanto o prepare para exercício da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Desenvolvimento, Sustentabilidade. Cidadania

INTRODUÇÃO

Em 2015, na cidade de Incheon, na Coreia do Sul, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) da UNESCO e vários parceiros realizaram o Fórum Mundial de Educação 2015, no qual se discutiu uma nova visão da educação, intencionando transformar vidas. O resultado foi a elaboração da Declaração de Incheon para a Educação 2030, adotada por 184 Estados-membro da UNESCO. Esta será implementada mundialmente por meio do Marco de Ação Educação 2030 (UNESCO, 2015).

A ambiciosa proposta contém objetivos e metas a serem cumpridos até 2030 no mundo todo, especialmente em países em desenvolvimento. Ela é, em essência, um incentivo para que os países forneçam educação de qualidade, inclusiva, igualitária e que oportunizem a aprendizagem ao longo da vida para todos. Nesse sentido, reconhece que para que o desenvolvimento sustentável e a paz mundial se efetivem, é fundamental educar para a cidadania responsável, na qual as pessoas continuam a crescer e a se desenvolver para alcançar os chamados Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS (UNESCO, 2015).

Os ODS, também conhecidos como Objetivos Globais, abordam várias questões sociais: são ações contra a pobreza, proteção do planeta e fomento à paz e à prosperidade, além de metas que intencionam reduzir os

desafios atuais e futuros nas dimensões sociais, ambientais, políticas e econômicas em escala global. Esses objetivos estão calcados em uma educação de visão holística em que o indivíduo é entendido em todas as suas dimensões, bem como a realidade na qual está inserido (UNESCO, 2015).
Assim, conforme a Declaração de Incheon, para se alcançar o Desenvolvimento Sustentável (DS) é necessária uma educação humanista, que busca a garantia de direitos e dignidade para todos, ao mesmo tempo em que é inovadora na forma didática e metodológica. Esta seria então a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) (UNESCO, 2015).

As temáticas propostas a serem trabalhadas com a sociedade na visão do DS e da EDS são cidadania, paz, justiça e equidade social, inclusão, proteção de si e do ambiente onde se vive, sustentabilidade socioambiental, diversidade religiosa, cultural, linguística e étnica (UNESCO, 2015).

Conforme o relatório de Incheon 2030, os ODS serão alcançados por meio da EDS, sendo essa uma educação plena, de qualidade, criativa, inovadora, que oportuniza o desenvolvimento nas dimensões crítica e cidadã dos indivíduos, ou seja, que se estabelece uma nova visão de educação onde se possam desenvolver, junto à sociedade, ações que reforcem atitudes como cooperação, comprometimento, autoestima e autovalor, dentre outras, bem como oportunize a formação de cidadãos conscientes e críticos (UNESCO, 2015).

Neste trabalho trataremos apenas a temática sustentabilidade socioambiental em vista da variedade de temas que integram o Desenvolvimento Sustentável (DS) e a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS).
A justificativa para este trabalho é a importância da educação para que sejam alcançados os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

OBJETIVO

Este artigo teve por objetivo realizar uma revisão de literatura para analisar como as diversas modalidades da Educação Ambiental que utilizam a formação cidadã numa perspectiva socioambiental e do desenvolvimento sustentável.

METODOLOGIA UTILIZADA

A metodologia adotou procedimentos recomendados para revisão de literatura ao selecionar e analisar os artigos que serão abordados neste trabalho (GIL, 2010). Foram considerados, como referências principais, a Declaração de Incheon da UNESCO e o Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da UNESCO, além de artigos científicos que tratam da temática proposta.

A base de dados consultada para a escolha dos artigos foi a SciELO, Scientific Electronic Library Online. Foram selecionados estudos publicados em português no período de 2013 a 2019. Os critérios de relevância considerados foram o acesso ao texto completo, data de publicação e relevância da temática para esta pesquisa. Estes foram analisados de forma aprofundada para permitir a elaboração da síntese do conhecimento científico disponível nos textos.

RESULTADOS OBTIDOS OU ESPERADOS

Os pontos em comum encontrados nas diversas modalidades de Educação Ambiental são a visão de construção conjunta de conhecimento, além proporcionar aos envolvidos uma visão ampliada da realidade ao discutir as temáticas socioambientais nas mais variadas dimensões, fazendo com que as soluções sejam construídas de forma solidária e respeitando as diferenças.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Na parte introdutória deste trabalho será exposta a relevância da temática. Na segunda parte, trataremos a respeito da discussão teórica dos conceitos e propostas da Educação Socioambiental, Educação para o Desenvolvimento Sustentável e Educação para a Cidadania. Em seguida, serão apresentadas as considerações conclusivas.

EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Até a chegada do século XX, a sociedade nunca havia se preocupado com as questões ambientais. Naquela época, não se falava na limitação de recursos naturais, muito menos se questionava as consequências da ação do homem sobre o meio em que ele estava inserido (JACOBI, 2005; FREIRE,2008).

Ao longo do século XX, as atividades e ações humanas foram impactando o meio ambiente de forma cada vez mais intensa, gerando problemas que causaram, primeiramente, impactos locais, e, mais tarde, globais. Assim, depois do problema já instalado, iniciou-se o debate em todo o mundo sobre desenvolvimento, exploração de recursos naturais, consumo e preservação da natureza e da humanidade (JACOBI, 2005; FREIRE, 2008; BARBIERE, SILVA, 2011).

Dentro desta realidade, em 1948 concluiu-se que a preservação das condições ambientais viria da sociedade que seria preparada pelas vias da informação e educação. Então, a temática educação para a preservação ambiental passou a ser considerada importante, mas só entrou na agenda internacional a partir de 1972, na Conferência de Estocolmo. Em 1977, em Tbilisi, a UNESCO, por meio do Programa de Meio Ambiente da ONU (PNUMA), instituiu definições, objetivos, princípios e estratégias, que foram adotadas e permanecem até hoje para a Educação Ambiental em escala mundial (FREIRE, 2008).

Em sua fase inicial, a Educação Ambiental estava relacionada apenas à conservação da natureza, como se homem e natureza fossem entidades separadas e não houvesse interações e influências de um para o outro. Ao longo do tempo, esta percepção foi mudando e a Educação Ambiental ganhou uma nova abordagem, que enfatiza a necessidade da sociedade mudar o seu comportamento, como por exemplo, reduzir níveis de consumo, alterar e ampliar a forma de se relacionar, pensar e entender o mundo em que se vive (FREIRE, 2008; DÉJARDIN, 2016, OLIVEIRA, 2016).

> Com isso, são enfatizadas as atitudes individuais e coletivas na formação de valores para a cidadania, incluindo a necessidade de considerar a realidade socioambiental e as relações desenvolvidas com a natureza. Infere-se, portanto, que o objetivo seja formar cidadãos para a vida e para o mundo, capazes de atuarem em suas próprias comunidades e nos sistemas econômicos, biológicos, culturais e políticos nos quais estão inseridos (DEJARDIN, 2016 p. 80).

A sociedade inicia a sua trajetória rumo ao repensar e rever os seus valores, sendo levada a reconhecer que as questões ambientais são responsabilidade de todos e não só de especialistas. A intenção deste debate social foi fazer com que os indivíduos entendessem que as soluções não estarão prontas, mas, que serão construídas de forma solidária e conjunta, onde cada um faz a sua parte para obter soluções para o todo, ou seja, para os problemas ambientais locais e globais (FREIRE, 2008; DÉJARDIN, 2016).

A perspectiva socioambiental surgiu à medida que a Educação Ambiental foi sendo vivenciada na prática e percebeu-se a necessidade de abordar não apenas os conteúdos, mas aliar a estas dimensões de caráter plural e complexo do meio ambiente, da vida e das questões sociais. Foram incorporadas à discussão ambiental as interrelações da natureza, as relações humanas, políticas, a reflexão sobre o papel e a influência dos atores sociais, as questões filosóficas, além das relações de poder inerentes a todas essas dimensões (JACOBI, 2005; FREIRE, 2008; OLIVEIRA, 2016).

> É sabido que a Educação Ambiental, quando bem aplicada, leva a muitas e perceptíveis mudanças no comportamento pessoal, atividades e valores de cidadania que trazem mudanças de ordens sociais. Isso se concretiza pela adoção de uma abordagem metodológica interdisciplinar, da complexidade do conhecimento baseado em valores e práticas sustentáveis, indispensáveis para estimular o interesse e o engajamento de cidadãos na ação e na responsabilização (OLIVEIRA, 2016, p. 50).

Desta forma, a Educação Ambiental também terá como objetivo inaugurar uma nova proposta educativa em que a construção de saberes será orientada para a percepção e resolução de problemas ambientais na perspectiva de um todo composto por partes que são multifacetadas e complexas, no qual as soluções

simplistas não são aceitas e nem cabem como resposta, uma vez que estas necessariamente terão um caráter multidimensional (OLIVEIRA, 2016).

Além disso, descobriu-se que para que as soluções para os problemas ambientais sejam efetivas, as mesmas deveriam ser discutidas e construídas de forma solidária, colaborativa, ativa e participativa, o que levou a uma proposta de formação de sujeitos conscientes da sua realidade, além de membros atuantes na sociedade em que está inserido (DÉJARDIN, 2016; OLIVEIRA, 2016; RODRIGUES NASCIMENTO, 2017).

> A educação ambiental agregou muitas discussões sobre uma educação voltada para a cidadania, enfatizando os temas para reflexão e debate do cidadão-crítico, ou do sujeito-cidadão-ativo, que deveria estar comprometido com uma práxis transformadora (DÉJARDIN, 2016, p. 74)

Assim, ao estimular a consciência cidadã atrelada a práticas educativas que propõe a construção coletiva de conhecimento para a resolução das questões ambientais, criou-se várias vertentes de educação ambiental, dentre elas educação ambiental popular, crítica, para o desenvolvimento sustentável, socioambiental (OLIVEIRA, 2016; DÉJARDIN,2016).

A seguir, trataremos da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os novos debates políticos e científicos promovidos pela ONU/ UNESCO/ PNUMA no ano de 1983 tinham como foco o aprofundamento dos conhecimentos sobre a crise ambiental e as formas de reduzi-la. O relatório "Nosso Futuro Comum", mais conhecido como "Relatório Brundtland", elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Humano, foi o resultado deste encontro (DIAS, 2008).

O relatório trazia indicadores que apontavam a interligação entre desenvolvimento, consumo e a crise ambiental. Neste panorama, novas diretrizes foram inseridas no documento oficial para serem aprovadas na reunião global que aconteceria no ano de 1992 no Rio de Janeiro (DIAS, 2008; BARRETO, VILAÇA, 2018).

No Relatório "Nosso Futuro em Comum", o termo Desenvolvimento Sustentável (DS) aparece em documentos oficiais pela primeira vez, sendo definido como:

> [...] um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 49).

No encontro Rio 92, a Educação Ambiental foi rediscutida de forma ampla, e redefinida como uma educação que deveria ser crítica da realidade, solidária, democrática e também fortalecer a cidadania. Desta forma, a educação seria a responsável por desenvolver junto à sociedade estratégias e ferramentas para que os indivíduos se sintam empoderados e capazes de lutar pela melhoria da qualidade de vida do meio ao qual estavam inseridos (DIAS, 2008; BARRETO, VILAÇA, 2018).

Assim, a Educação para o Desenvolvimento Sustentável surgiu com o intuito de complementar uma Educação Ambiental que tratava apenas a dimensão meio ambiente, em uma visão reducionista. No Conjunto, percebe-se que a Educação para a Sustentabilidade propõe uma visão interdisciplinar e transversal da educação, discute as dimensões social, cultural, histórica, econômica, ambiental e outras de forma conjunta em toda a sua complexidade, bem como as tensões das relações de poder inerentes a ela (DÉJARDIN, 2016).

Neste novo panorama, os conhecimentos e as práticas educativas têm o compromisso ensinar à sociedade uma nova visão e entendimento do mundo, bem como o objetivo de contribuir para um ambiente sustentável, transformando a vida dos indivíduos e da sociedade, englobando todos, de todos os níveis sociais (DÉJARDIN, 2016).

Neste contexto, urge saber qual é o verdadeiro conceito de desenvolvimento para as sociedades em desenvolvimento. Se este for visto como a melhoria das condições sociais, ela alcançou o seu objetivo. Mas, se os indivíduos têm como sinônimo deste conceito a vida que a sociedade dos países desenvolvidos e industrializados têm, então não houve avanço no conhecimento e no comportamento, já que o modelo de desenvolvimento dos países de primeiro mundo não é o ideal. Eles usam em excesso os recursos naturais, produzem de forma excessiva bens de consumo, e resíduos, além de usar até a exaustão as fontes de energia não renováveis. Essas características não se encaixam nas premissas da sustentabilidade, que é a de que "as gerações presentes não comprometem a vida das gerações futuras" (DIAS, 2008; DÉJARDIN, 2016).

Outras importantes dimensões a serem incorporadas ao debate ambiental e social são a cultural, histórica, política e a econômica como forma de entender a importância da interconexão entre os seus diversos elementos para um melhor entendimento do meio em que se vive. Desse modo, o exercício pleno da cidadania, tem início no entendimento do que é preciso para que se efetivem as mudanças sociais, ambientais e culturais (DÉJARDIN, 2016; BARRETO, VILLAÇA, 2018).

> Assim, para tal, é necessária uma visão holística sobre as questões ambientais, no entendimento do sentido grego de holos (totalidade), dirigido ao estudo macroscópico das questões a partir de demandas locais ou regionais. A maioria dos problemas ambientais globais estão relacionados com os estilos de vida e condição de vida local [pessoal], seja o consumismo de bens, o tipo de alimentação, o tipo de casa onde moramos e, até mesmo, como nos locomovemos (BARRETO, VILLAÇA, 2018 p.13).

A Declaração de Incheon para a Educação propõe que até 2030 aconteçam debates sociais ampliados integrando as múltiplas dimensões da existência humana por entender que a educação inclusiva trata de temas que tornam o mundo equitativo e justo. Assim, ao se discutir a importância da paz, da não violência, da liberdade, diversidade cultural, religiosa e linguística, direitos humanos, igualdade de gênero, segurança, cidadania global, diversidade cultural, dentre outros, esta prática ultrapassará a abordagem tradicional de educação, sendo crucial na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2015).

Diante do exposto, a educação em todos os níveis educacionais, estando aberta para usar novas metodologias de ensino, novas formas de aprendizagem, novas formas de abordagem do conhecimento, além da abertura para ingresso e reingresso à vida escolar de variadas e flexíveis formas em todas as idades, estarão alavancando junto à sociedade atual a transformação desta em uma sociedade sustentável (UNESCO, 2015).

Esta será, na prática, a educação que objetiva a formação para a cidadania, respeitando as diversidades e diferenças de todas as formas e almejando a igualdade na distribuição de oportunidades, levando a melhores condições de vida para as gerações presentes e futuras (UNESCO, 2015).

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

A Educação para o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental têm muitos pontos em comum: ambas estão atreladas ao contexto social, se caracterizam como um processo de fortalecimento social e cidadão, e debatem questões locais e globais de forma integrada, tornando-se uma prática empoderadora (SILVA, 2015; DÉJARDIN, 2016, RODRIGUES, NASCIMENTO, 2017).

Outro ponto em comum é que partem da premissa de que para se entender e resolver as questões e os problemas propostos pela sociedade, deverão abordar as diversas dimensões que compõem a realidade de modo a conscientizar os sujeitos de que são veículos de transformação da sua realidade. Assim, EA e EDS caracterizam-se como educação cidadã (FREIRE, 2003; FREIRE, 2008; CRUZ, 2015; DÉJARDIN, 2016).

Segundo a Declaração de Incheon para a Educação 2030, a metodologia educativa nesta perspectiva deverá sempre ter como finalidade a inovação educacional, não sendo, portanto, voltada apenas para os conteúdos, mas voltada para a sua função social, utilizando métodos que possam modificar de forma positiva a relação entre o conhecimento e a realidade (UNESCO, 2015; DÉJARDIN, 2016).

> [...] o propósito do processo educativo é favorecer um envolvimento efetivo com a socialização e a formação de indivíduos e de sua identidade social e cultural, tendo em vista que a educação pode apresentar um papel conservador perante a ordem social, ao reproduzir valores, ideologias e interesses daqueles que detêm poder. Como uma via de mão dupla, a educação também se propõe a um papel emancipatório, na medida em que os valores culturais, éticos e políticos das sociedades estejam relacionados com o desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos (DÉJARDIN, 2016, p. 76).

Assim, o objetivo mais importante não seria o de apenas ensinar, mas sim o de dar abertura para a possibilidade do pensar e do fazer reflexivo, criando espaços para permitir dialogicamente a contradição, a discussão, a fusão de pontos de vista e, após o fim do processo, transformação (FREIRE, 2003; UNESCO, 2015; DÉJARDIN, 2016).

Nesta concepção o processo educativo dá ferramentas às pessoas para transformarem-se a si mesmas e o meio ambiente no seu entorno. Além disso, prepara os sujeitos para cumprirem o seu papel social com autonomia e responsabilidade ao exercer papéis participativos que promovem a reflexão sobre o real exercício da cidadania (FREIRE, 2003; DÈJARDIN, 2016).

Essa prática educativa sugere uma nova perspectiva de educação, pois os sujeitos descobrem o potencial que têm através da interação social e da liberdade para se expressar. Eles aprendem de forma concomitante a descoberta da sua capacidade para ensinar ao externar suas ideias e opiniões de forma participativa, livre e crítica (FREIRE, 2002; FREIRE, 2003; GADOTTI, 2012).

Conforme o Fórum Mundial de Educação 2015, a educação deverá trabalhar para que a sociedade entenda e aja na sua realidade com toda a sua complexidade, diversidade, contradição e conflitos. Se não alcançar este objetivo, não alcançará uma das suas mais caras metas, que é melhorar as condições de vida em todo o mundo, principalmente nos países em desenvolvimento (UNESCO, 2015).

Em uma perspectiva global, o saber é compartilhado como parte de um processo educativo que permite ampliar as experiências individuais. Ao inserir o saber local na realidade mundial, os conteúdos aprendidos têm sentidos e significados singulares, mas têm também sentidos universais. Assim, é estabelecida uma relação de pertencimento e identificação entre as questões locais e globais.

Porém, como a interpretação dos problemas e soluções não são unânimes e nem igual para todos, as questões a serem tratadas deverão oportunizar a interpretação e a vivência do mundo de cada um para que possa fazer parte da interpretação do todo. Deste modo, a realidade local e a global em toda a sua complexidade se interage e se interconecta para formar um novo saber, que é fruto da conciliação de diferentes pontos de vista (FREIRE, 2005; GADOTTI, 2012; DÉJARDIN, 2016; RODRIGUES, NASCIMENTO, 2017).

> Faz necessária uma reformulação do conceito-chave de cidadania, que associa noções de identidade, liberdade e comunidade, mas que também compreende o sentido da democracia cognitiva ao permitir o acesso ao conhecimento que não esteja encarcerado entre áreas disciplinares ou entre muros de instituições educacionais. (DEJARDIN, 2016, p. 85).

Perceber que é o ambiente real em que se vive, e não o mundo que se olha ou se observa que faz parte do indivíduo, que o influencia e é influenciado por ele é que permite a abertura para a inclusão de novas formas de saber que vão além do conhecimento científico. Esta é uma das maneiras de se efetivar o conhecimento como prática real que interliga e dá sentido a todos os saberes (RODRIGUES, NASCIMENTO, 2017).

Enfim, se os problemas sociais pedem, segundo a Carta de Incheon 2030, um novo entendimento da prática educativa, a educação deverá preparar o aluno para além dos conteúdos escolares, ou seja, para o exercício da cidadania, autonomia e responsabilidade socioambiental e do desenvolvimento sustentável (SILVA, 2015; DÉJARDIN, 2016; RODRIGUES, NASCIMENTO, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Declaração de Incheon propõe que até 2030, em todo o mundo, uma educação de qualidade, inclusiva, igualitária e que oportunize a aprendizagem para todos ao longo de toda a vida, seja implementada. A intenção é alcançar o Desenvolvimento Sustentável por meio da Educação. Esta, necessariamente, teria características inovadoras, holísticas e humanísticas, e utilizaria novas metodologias e adotaria uma nova visão do processo de ensino aprendizagem.

Este trabalho objetivou realizar uma revisão de literatura que mostrou como as diversas modalidades da Educação Ambiental podem contribuir para a formação cidadã e a perspectiva socioambiental na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

O propósito da educação em todas as suas formas e modalidades, conforme a agenda da Educação 2030, é desenvolver de forma global o ser humano. A educação para a sustentabilidade requer um processo de ensino aprendizagem que capacite o sujeito para que este seja capaz de entender os problemas relativos ao seu cotidiano e, depois, agir sobre a sua realidade, integrando a teoria e a prática na busca de uma melhor resolução desses. Para dar ênfase à questão, cita-se mais uma vez, a importância da necessidade de um novo entendimento da teoria e da prática educativa, que faz o aluno aprender o ensino dos conteúdos escolares, a preparação para exercício da cidadania, ser atuante na resolução das demandas locais e globais. Desta forma, efetivação do processo educativo será a criação de cidadãos do mundo cientes da sua responsabilidade socioambiental.

REFERÊNCIAS

1. BOEIRA, Sérgio Luís. Saber Ambiental. Ambient. soc., Campinas, n. 10, p. 143-146, June 2002. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2002000100010&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Sept. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2002000100010.
2. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.
3. CRUZ, Juan Carlos García. Enfoque social de la innovación. In: Hacia la construcción de un modelo de innovación intercultural. Tese de Doutorado. Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2015.p.40-51.
4. DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: princípios e práticas. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2008.
5. GADOTTI, Moacir. Interdisciplinaridade: Atitude e Método. Instituto Paulo Freire. 1999.Disponívelem: siteantigo.paulofreire.org/pub/.../Interdisci_Atitude_Metodo_1999.
6. GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. Congresso Interno de Pedagogia Social. p.1-36, jul. 2012.
7. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
8. FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
9. KONDRAT, Hebert; MACIEL, Maria Delourdes. Educação ambiental para a escola básica: contribuições para o desenvolvimento da cidadania e da sustentabilidade. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 55, p. 825-846, Dec. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782013000400002&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Sept. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782013000400002..
10. (UNESCO. Outcome document of the Technical Consultation on Global Citizenship Education: global citizenship education; an emerging perspective. Paris, 2013. Disponível em:
11. UNESCO. Educação 2030. Déclaration d'Incheon. Vers une éducation inclusive et équitable de qualité et un apprentissage tout au long de la vie pour tous. Paris: UNESCO, 2015.
12. QUARESMA, Adilene Gonçalves. Formação Humana, Conhecimento e Complexidade: uma nova pedagogia para uma nova humanidade. In: XAVIER, Conceição Claret; JESUS, Rodrigo Marcos de. (orgs.) Educação, Cultura e Complexidade: diálogos Brasil-Cuba. Belo Horizonte: ARGYMENTVM, 2010.
13. QUARESMA, Adilene Gonçalves. A práxis social como perspectiva na concepção de educação de Paulo Freire: os aspectos sociopedagógicos, a problematização e suas contribuições para a transformação social.

In: Gestão social, educação e desenvolvimento local: instrumentos para a transformação social. Orgs: MACHADO, Lucília Regina De S.; AFONSO, Maria Lucia M.Belo Horizonte: AUTÊNTICA 2012.

14. RODRIGUES, José Cláudio R.; NASCIMENTO, Rosemy S..Saber ambiental, complexidade e Educação Ambiental. Revista Brasileira de Educação Ambiental, São Paulo, V. 11, N. 5: 152-165, 2017.